

Cesar Henrique Lima

Experimentalismo no Direito Administrativo Brasileiro

Fundamentos, possibilidades,
limites e experiências práticas

Cesar Henrique Lima

Prefácio
Alice Voronoff
Apresentação
Patrícia Baptista

FÒRUM

EXPERIMENTALISMO NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Fundamentos, possibilidades,
limites e experiências práticas

Prefácio

Alice Voronoff

Apresentação

Patrícia Baptista

Este livro tem por foco investigar o experimentalismo no direito administrativo brasileiro, expondo-se, inicialmente, os seus fundamentos teóricos e normativos (constitucionais e infraconstitucionais), à luz da literatura e da ordem jurídica brasileira. As atenções da presente obra centram-se, ainda, em dois institutos positivados na ordem jurídica brasileira que materializam o experimentalismo, aqui denominados de vias da experimentação jurídico-administrativa, quais sejam: (i) os ambientes regulatórios experimentais ou *sandboxes* regulatórios; e (ii) os laboratórios de inovação. Trata-se, ainda, do que se convencionou denominar nesta obra de ciclo da experimentação jurídico-administrativa, construção teórica por meio da qual são apresentadas as linhas gerais que devem ser observadas pelos administradores públicos ao construírem e implementarem soluções jurídicas experimentais, bem como da relação entre o experimentalismo jurídico-administrativo e o exercício da atividade controladora no Brasil, estabelecendo-se parâmetros gerais para a conciliação do experimentalismo e do controle público.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro

GESTÃO PÚBLICA; DIREITO E POLÍTICAS
PÚBLICAS; ADMINISTRAÇÃO.

Palavras-chave

EXPERIMENTALISMO; INOVAÇÕES; *SANDBOXES*
REGULATÓRIOS; LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO;
CICLO DA EXPERIMENTAÇÃO JURÍDICO-
ADMINISTRATIVA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 4374

L732e	<p>Lima, Cesar Henrique</p> <p>Experimentalismo no direito administrativo brasileiro: fundamentos, possibilidades, limites e experiências práticas / Cesar Henrique Lima. Belo Horizonte: Fórum, 2025.</p> <p>338p. 14,5x21,5cm</p> <p>ISBN impresso 978-85-450-0911-5</p> <p>ISBN digital 978-85-450-0916-0</p> <p>1. Experimentalismo. 2. Inovações. 3. Sandboxes regulatórios. 4. Laboratórios de inovação. 5. Ciclo da experimentação jurídico-administrativa. I. Título.</p> <p>CDD: 342</p> <p>CDU: 342</p>
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Cesar Henrique. *Experimentalismo no direito administrativo brasileiro: fundamentos, possibilidades, limites e experiências práticas*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 338p. ISBN 978-85-450-0911-5.

Cesar Henrique Lima

Mestre em Direito Público e Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Associado do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Advogado.

PREFÁCIO	
Alice Voronoff	15
APRESENTAÇÃO	
Patrícia Baptista	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E NORMATIVOS DO EXPERIMENTALISMO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO NO BRASIL	41
1.1 Fundamentos teóricos do experimentalismo jurídico- administrativo	41
1.1.1 O experimentalismo, o caráter plurissignificativo do termo e a sua incidência nas mais diversas áreas do conhecimento humano	41
1.1.2 O experimentalismo e a sua assimilação pelos estudos jurídicos: o experimentalismo democrático e os debates sobre as formas de organização dos Estados Nacionais e a adoção de práticas experimentais	44
1.1.2.1 O experimentalismo democrático: a troca da idealização das normas vigentes pela imaginação das instituições alternativas .	45
1.1.2.2 O experimentalismo jurídico e as formas de organização dos Estados Nacionais.....	50
1.1.3 O experimentalismo sob as lentes do direito administrativo: contornos, características gerais e desafios das soluções experimentais no campo do direito administrativo	55
1.1.4 O pragmatismo jurídico como fundamento teórico-jurídico do experimentalismo no campo do direito administrativo brasileiro.....	64
1.2 Fundamentos normativos do experimentalismo jurídico-administrativo na ordem jurídica brasileira	70
1.2.1 Fundamentos constitucionais do experimentalismo jurídico-administrativo na ordem jurídica brasileira	70
1.2.2 Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019, art. 3º, I e VI): permissivos legais genéricos voltados à construção e à implementação de soluções experimentais na ordem jurídica brasileira.....	80
1.2.3 Marco Legal das Startups e do empreendedorismo inovador (Lei Complementar nº 182/2021, art. 2º, II, e art. 11): a positivação dos <i>sandboxes</i> regulatórios no plano nacional.....	87
1.2.4 Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021, art. 4º, VIII, e arts. 44 e 45): a positivação dos laboratórios de inovação no plano nacional	91
CAPÍTULO 2	
OS <i>SANDBOXES</i> REGULATÓRIOS/AMBIENTES REGULATÓRIOS EXPERIMENTAIS: DESCONTOS REGULATÓRIOS EM PROL DAS INOVAÇÕES E DO INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS MERCADOS	97
2.1 O que são os <i>sandboxes</i> regulatórios/ambientes regulatórios experimentais?	97
2.2 O modelo de regulação <i>sandbox</i> inaugurado pela <i>Financial Conduct Authority</i> (FCA) no Reino Unido	105
2.3 O processo de expansão da regulação via ambiente regulatório experimental ao redor do mundo	113
2.4 A chegada da regulação <i>sandbox</i> à realidade brasileira: o seu espraçamento via regulação do mercado financeiro nacional.....	121

2.5	A expansão do modelo brasileiro de <i>sandbox</i> regulatório para além da regulação do mercado financeiro	130
2.6	A regulação <i>sandbox</i> nos entes federativos subnacionais brasileiros: os casos de Foz do Iguaçu e Londrina, no Paraná, e do Município do Rio de Janeiro.....	138
2.7	Os benefícios da implementação da regulação <i>sandbox</i> , à luz do contexto brasileiro	145
2.8	Os riscos da implementação da regulação via <i>sandbox</i> , à luz do contexto brasileiro	153

CAPÍTULO 3

OS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS MULTIDISCIPLINARES VOLTADAS À EXPERIMENTAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA		
3.1	O que são os laboratórios de inovação?.....	163
3.2	Estudos de casos de laboratórios de inovação no plano nacional	173
3.2.1	Laboratório de Inovação Financeira do Banco Central do Brasil – <i>LIFT Lab</i> : um laboratório-incubadora de produtos e serviços do setor financeiro brasileiro	173
3.2.2	GNova Lab – Laboratório de Inovação em Governo: laboratório de gestão pública inovadora na Administração Pública federal brasileira	181
3.3	Os laboratórios de inovação no âmbito dos entes federativos subnacionais brasileiros.....	188
3.4	Os principais desafios relacionados à construção, à implementação e à institucionalização dos laboratórios de inovação no Brasil.....	190

CAPÍTULO 4

CICLO DA EXPERIMENTAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA: PASSOS A SEREM OBSERVADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA PARA A CRIAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES EXPERIMENTAIS VIA <i>SANDBOXES</i> REGULATÓRIOS E LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO		
4.1	Identificação do(s) problema(s) público(s)	204
4.2	Elaboração/construção de alternativas possíveis para a solução dos problemas públicos	210
4.2.1	Amparo/adequação normativa da solução experimental adotada pelo administrador público	218
4.3	Definição do conteúdo da solução experimental e do alcance do experimento	234
4.4	Processo de seleção e admissão de participantes no ambiente regulatório experimental/no âmbito da solução experimental...	247
4.5	Implementação controlada da solução experimental construída ou aprimorada	257
4.6	Encerramento da solução experimental	270

CAPÍTULO 5

O EXPERIMENTALISMO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO E O CONTROLE PÚBLICO NO BRASIL: QUANDO O “ <i>HOMO ADMINISTRATIVUS</i> ” DO CONTROLADOR ENCONTRA O ADMINISTRADOR PÚBLICO ABERTO À EXPERIMENTAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA		
5.1	Um diagnóstico sobre o controle público no Brasil: expansão da esfera de atuação dos órgãos de controle e os tipos-ideais de gestores públicos	275
5.2	Quando o controle público (“ <i>homo administrativus</i> ”) e o experimentalismo jurídico-administrativo se encontram (ou deveriam se encontrar): parâmetros para fins de informar a atuação dos controladores frente aos experimentos manejados pelos gestores públicos	281

CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	313
-------------------	-----